

O modelo de autonomia do Banco Mundial: uma (perigosa) redefinição de universidade

Por Rosângela Maria Silva Petuba

O professor Dr. Roberto Leher, ex-presidente do Andes-SN e atual Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, em artigo publicado na Revista da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina - Aduel¹, analisa modelos e projetos de autonomia universitária e a privatização das Universidades Públicas, no Brasil. Destacamos aqui alguma de suas principais reflexões que nos ajudam a entender o atual embate em torno da autonomia das universidades públicas do Paraná.

Segundo Leher², a área educacional, a criação de condições legais para o livre financiamento privado e para o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada, por meio de fundações privadas, contratos, convênios com o setor empresarial, é tão ou mais importante do que a venda da participação estatal de um determinado setor. Com efeito, nessas instituições, outros métodos de privatização são experimentados. Entre as medidas que objetivam favorecer a mercantilização e a privatização interna das universidades públicas brasileiras, temos, em um aparente paradoxo, a política de autonomia universitária.

A concepção autonomia universitária do governo brasileiro é da lavra do Banco Mundial, que, por sua vez, buscou a sua inspiração no ideário neoliberal.

A concepção autonomia universitária do governo brasileiro é da lavra do Banco Mundial, que, por sua vez, buscou a sua inspiração no ideário neoliberal. Desde Reagan, em 1980, o staff do Banco é neoliberal, inclusive no campo educacional. Para introduzir a sua política de autonomia, o governo teve de operar uma contradição: negar a autonomia universitária constitucionalmente estabelecida (Artigo 207)

por meio de sua ressignificação como “autonomia diante do Estado para interagir livremente no mercado”.

Não é possível ocultar o fato de que medidas governamentais que afrontam diretamente a autonomia são apoiadas por parte da intelligentsia acadêmica.

O silêncio de muitos dirigentes diante dessa transmutação de significado não é espontâneo, mas provocado. Não é possível ocultar o fato de que medidas governamentais que afrontam diretamente a autonomia são apoiadas por parte da *intelligentsia* acadêmica que vem naturalizando medidas governamentais tanto em relação às atividades-fim (autonomia didático científica) como as atividades-meio (autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial), tais como: competência da universidade para definir o conhecimento a ser transmitido, a forma de transmissão, os problemas a serem investigados – competência comprometida pelo Exame Nacional de Cursos (que implicitamente define os conteúdos a serem trabalhados), Parâmetros Curriculares (como para a formação de professores) e Fundos Setoriais (financiamento à C&T estabelecido em âmbito extra-universitário) a competência de a universidade gerir, administrar e dispor, de modo autônomo, seus recursos financeiros, como: centralização do controle e da emissão do pagamento dos docentes fora do âmbito universitário.

Assim a convivência de parcelas da universidade com medidas obviamente heterônomas tem contribuído para o esvaziamento do princípio da autonomia universitária, conforme sua definição constitucional. A privatização interna da instituição, por meio da liberalização da

a prestação de serviços, é um desdobramento lógico. Está configurado, portanto, um conflito de concepções sobre a autonomia.

Ao avaliarmos o tema AUTONOMIA E POLÍTICA EDUCACIONAL, percebe-se que o *modus operandi* do Estado brasileiro configura um determinado modelo de privatização, guardando forte similaridade com as políticas do Banco Mundial para a educação latinoamericana e, particularmente, para as suas universidades. Em essência, o Banco determina que não cabe, na América Latina, o modelo europeu de universidade: estatal, autônoma, pública, gratuita e baseada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O eixo desta política, no presente momento, não é a transferência das instituições públicas para mantenedoras privadas ou a cobrança de mensalidades *tout court* na graduação, mas a implementação de um determinado modelo de autonomia, em moldes neoliberais, para que o poder do mercado possa, ele mesmo, determinar todas as dimensões da universidade. Esta concepção de autonomia desinstitucionaliza a universidade, transformando-a em organizações sociais que, entretanto, já começam a se configurar como novas instituições que não poderão merecer o nome de universidade.

Em essência, o Banco determina que não cabe, na América Latina, o modelo europeu de universidade: estatal, autônoma, pública, gratuita e baseada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

No célebre documento *“La Enseñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia”*⁴ (, toda uma seção é dedicada à “redefinição da função do governo” (leia-se função do Estado).

O texto é transparente. Os empréstimos estão condicionados a adoção pelo país tomador das diretrizes do organismo. Sendo o MEC o

equivalente a uma subseção do Banco, a convergência é completa. A seguir, alguns excertos deste Documento serão apresentados com o propósito de corroborar a afirmação anterior. O documento afirma: “uma maior autonomia institucional é a chave do êxito da reforma do ensino estatal de nível superior, especificamente a fim de diversificar e usar os recursos mais eficientemente” (p.69).

O documento prossegue, postulando que “as instituições autônomas respondem melhor aos incentivos para melhorar a qualidade e aumentar a eficiência” (p.70). Um pouco adiante, o documento traz o exemplo do Chile: “com o fim de redistribuir os custos da educação superior, o governo tem transferido às instituições muitas atribuições e funções relativas aos custos” (...) Se se tem de aspirar à diversificação das receitas, as instituições deverão ter um incentivo para gerar e utilizar um superávit financeiro”.

No Brasil, prossegue o documento, “a proibição por lei da cobrança de mensalidades cria rigidez e ineficiência na administração” (p.70). Inversamente, “uma base diversificada de recursos é a melhor garantia de autonomia institucional. A autonomia é um conceito vazio quando as instituições dependem de uma fonte única de financiamento fiscal” (p.71). No gozo de sua autonomia “as instituições deveriam ter, igualmente, a faculdade de contratar e despedir pessoal dado que representam uma parte importante dos gastos na maioria das instituições de ensino superior”. Assim, quando a proporção entre professores e alunos está abaixo dos níveis de eficiência, “a instituição pode reduzir o pessoal docente” (p.72). O orçamento alocado pelo governo deve ser global, de modo que os recursos de uma rubrica possam ser transferidos para outra (pessoal para outros custeios, por exemplo) (p.72). Com o objetivo de assegurar a eficiência, o montante de recursos deve estar vinculado ao desempenho da avaliação institucional. Nos países em desenvolvimento, “a intervenção do Banco no ensino superior se limitará, fundamentalmente, a procurar que seu

u financiamento seja mais equitativo e eficaz em função dos custos – isto é, com menor custo para o Estado –, de maneira que a educação primária e secundária possam receber maior atenção” (p.96). Somente os países que promoverem “maior diversificação institucional e uma base de recursos mais diversificada (estabelecer ou aumentar a participação dos estudantes no custeio de sua educação, p. 97)” continuará a contar com o apoio do Banco (p. 96). Este apoio deve criar condições para que os governos criem “organismos de fiscalização ou assessoramento para analisar políticas, avaliar as solicitações de financiamento, vigiar o desempenho das instituições e colocar à disposição dos estudantes a informação acerca de seu desempenho” (p.98). O Banco apoiará, ainda, “a maior diversificação das instituições e novas modalidades de cursos de curta duração e a distância” (p.100).

Segundo o Documento, essa proposição contribuiu para a noção de que o investimento público nas universidades propicia baixo retorno e, por isso, deve ser desestimulado. Os autores sustentam que existem demandas econômicas que justificam o ensino superior também nos países em desenvolvimento (a ideologia aqui operada é a sociedade do conhecimento). Para tanto, “todos os esforços públicos e privados devem ser mobilizados para que a comunidade internacional possa propiciar apoio sólido e coordenado, como também liderança nesta área tão decisiva”

O Documento é explícito. O financiamento deve ser misto: governo, estudantes e instituições filantrópicas (p. 16). Em suma, a autonomia prossegue sendo uma prerrogativa importante – compreendida como desregulamentação – para que a universidade possa captar e aplicar recursos.

Não é difícil traçar um paralelo entre as orientações emanadas da documentação apresentada pelo Prof. Leher e o corpo de medidas e ações do governo do Paraná em relação às universidades nos últimos tempos. Discutir a Autonomia Universitária em um quadro

de claro descompromisso com os financiamentos públicos e franco ataque as Instituições por meio de leis, decretos e acórdãos que fragilizam as Universidades e a carreira docente, em especial, é transitar em um terreno pantanoso correndo o risco de legitimar o processo de desmonte ora em curso.

Rosângela Maria Silva Petuba é professora, doutora do Dpto. de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

Atualmente é presidenta da Seção Sindical dos Docentes da UEPG - Sinduepg/Andes-SN

Referências:

¹ Revista da ADUEL / Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina; seção sindical do ANDES – SN, — Vol.1, n.1 (setembro 2003) – Londrina: ADUEL, 2003.

² LEHER, Roberto. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: **Revista da ADUEL**, Vol.1, n.1 (setembro de 2003), p.07-20.

³ LEHER, R. 1998 Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. Tese de Doutorado (SP: USP).

⁴ WORLD BANK. La Enseñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia.Wash.: World Bank, 1995.